



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003467-16.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Valeria Borduchi**
 Requerido: **CRISTÓFOLI EQUIPAMENTOS DE BIOSSEGURANÇA LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido equipamento da ré para utilizar em sua profissão (cirurgiã dentista), mas como ele por três vezes apresentou problema de funcionamento procedeu em todas ao seu encaminhamento à assistência técnica.

Alegou ainda que na terceira oportunidade deixou de atender pacientes, de sorte que almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

A premissa da qual partiu a autora é a de que os problemas no equipamento em apreço derivaram de vício de fabricação, de sorte que por isso foi obrigada a ficar privada de seu uso por três vezes.

Essa matéria foi objeto de análise no processo nº 0001988-85.2015.8.26.2566, o qual foi extinto sem julgamento de mérito por reputar-se imprescindível a realização de perícia – de efetivação inviável em sede do Juizado Especial Cível – para definir com precisão a origem dos problemas detectados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A sentença transitou em julgado (fl. 48).

Diante desse cenário, entendo que os pleitos da autora aqui ofertados não possuem lastro a sustentá-los.

Na verdade, como o fundamento dos pedidos não se cristalizou (a partir do momento em que não se apurou o que teria dado causa aos problemas de funcionamento do equipamento) conclui-se que a prática de ato ilícito por parte da ré não pode ser proclamada.

Por outras palavras, tendo em vista que somente a constatação do vício de fabricação do aparelho – que ainda não se delineou com a necessária segurança – poderia dar causa à responsabilização da ré, esta deve ser afastada à míngua de tal pressuposto.

Bem por isso, a rejeição da pretensão é de rigor, com a ressalva de que se oportunamente sobrevier em via própria a comprovação da culpa da ré pelos danos causados à autora esta poderá pedir a correspondente reparação.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**